

# Objetividades, afetividades e escrita em debate na obra de Manoel Bomfim

## *Objectivities, affectivities and writing in debate in the work of Manoel Bomfim*

**Clayton José Ferreira**

Doutor em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestre em História na área de concentração Poder e Linguagens (UFOP). Graduado em Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Membro e secretário do Grupo de Pesquisa em História, Ética e Política (GHEP), que integra Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM).

**Resumo:** Este artigo busca tematizar as contribuições do ensaísta brasileiro Manoel Bomfim para o debate acerca das possibilidades em torno da objetividade, da afetividade e do sensorial no interior da escrita não ficcional, especialmente da historiografia. Nos detemos especialmente no ensaio *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (1930). A hipótese elaborada aqui é a de que o trabalho de Bomfim realiza certo rompimento entre a dualidade ou dicotomia antagonica entre objetividade e subjetividade constituída na experiência moderna. Para tais reflexões, nos apoiamos nas noções de *presença e sentido* de Hans Ulrich Gumbrecht e de distanciamento entre “espaço de experiências” e “horizonte de expectativa” de Reinhart Koselleck.

**Palavras-chave:** Historiografia, Manoel Bomfim, Objetividade, Subjetividade

**Abstract:** This article seeks to discuss the contributions of the Brazilian essayist Manoel Bomfim for the debate about the possibilities around objectivity, affectivity and the sensory within non-fiction writing, especially historiography. We are especially interested in the essay *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (1930). The hypothesis elaborated here is that Bomfim's work makes a certain break between the duality or antagonistic dichotomy between objectivity and subjectivity constituted in modern experience. For such reflections, we rely on Hans Ulrich Gumbrecht's notions of presence and meaning and of the distance between Reinhart Koselleck's “space of experiences” and “horizon of expectation”.

**Keywords:** Historiography, Manoel Bomfim, Objectivity, Subjectivity

### **Teoria de uma pragmática: objetividades e subjetividades na história**

As publicações de Manoel Bomfim (1868-1932), importante autor de ensaios histórico sociológicos acerca do Brasil, possuem uma grade riqueza no interior da temática da história, da crítica historiográfica, da metodologia e epistemologia da história. Gostaria de destacar aqui

algumas de suas contribuições para o debate em torno das características subjetivas e objetivas na escrita, especialmente da historiografia. No interior da construção complexa de seus argumentos, há certo rompimento da dualidade opositora e polarizada bastante característica da experiência moderna (como foi sinalizada por Koselleck), onde Bomfim apresenta alguma conciliação em relação aos elementos sensoriais e afetivos que muitas vezes são atribuídos (ou ao menos admitidos) como parte somente da escrita ficcional (KOSELLECK, 2012). O foco desta análise se encontra em seu ensaio *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (1930).

Como apontado por Gumbrecht, através da linguagem (mas não somente através dela) é possível presentificar certas experiências históricas de forma a realizar alguma relação de intimidade entre aspectos do passado e sujeitos diversos. Esta operação é chamada por Gumbrecht de *efeito de presença* e é, aqui, utilizada como categoria analítica para a tematização do que chamamos de preocupação estética de Manoel Bomfim, a qual pode provocar no leitor uma experiência sensorial e afetiva (GUMBRECHT, 2009:15). Simultaneamente e esta perspectiva, também são realizadas pragmáticas logico-formais, ou mais objetivas (Segundo Gumbrecht, um *efeito de sentido*), onde Bomfim se esforça por tematizar o passado de forma crítica e reflexiva.

Desta forma, alternando entre argumentos sensoriais-afetivos (presença) e lógico formais (sentido), no interior do seu texto parece possível reduzir parte da “distância histórica” a respeito de certas dimensões da experiência consideradas por ele mais adequadas para a orientação em seu presente, dispositivo que possibilita uma aproximação e valorização de certos aspectos passados.<sup>1</sup> Do mesmo modo, intensifica-se a “distância histórica” com o que é considerado necessário superar coletivamente, a fim de sofisticar a tradição e produzir uma reeducação sentimental e potencializar a ação dos sujeitos no presente.

A respeito desta característica de distanciamento com o passado, segundo André Ramos, especialmente a partir do século XVIII, aprofunda-se um processo de diferenciação entre a experiência moderna entendida como “sofisticada” (superior) e o passado “bárbaro” (inferior). Esta dessemelhança produz e acentua a importância da noção de progresso. Apesar disto, mantêm-se uma dinâmica que simultaneamente promove a modernidade como qualitativamente superior, e o passado, como importante para a formação processual do que se tornou moderno.

A partir desta noção, da segunda metade do século XVIII ao início do XX, surge certa postura irônica em relação às dimensões do processo histórico. Enquanto se postula a meta-narrativa de que existe uma refinação moderna civilizacional a qual marcha rumo ao progresso, compreende-se que há certa insistência humana em coexistir com aquilo considerado bárbaro, atrasado, violento, inadequado e inferior (RAMOS, 2013: 41-51). A intensa presença desta atitude irônica, é de grande importância para a pragmática de Bomfim, onde há o esforço para estabelecer uma nova relação com o passado, de valorização das experiências que reforçam o que é compreendido por ele como progresso e superação daquelas que o desestimulam.

1. Com “distância histórica” me refiro a sensação de estranhamento ou dessemelhança com o passado característico da experiência moderna descrita por Koselleck onde há distanciamento entre o espaço de experiências e horizonte de expectativas devido as constantes transformações e aceleração temporal (KOSELLECK, 2012: 110).

Assim como seus argumentos pragmáticos, sua orientação estética também possui um forte intuito ético-político, uma provocação meta-narrativa que incita o leitor a estimular-se com as experiências passadas. Com ético, me refiro a uma preocupação do autor em elaborar uma crítica de parte da cultura comportamental e afetiva; com político, indico uma atitude em seu texto que quer refletir a respeito das possibilidades de ação engajadas dos sujeitos e das coletividades em seus cotidianos (inseridos sempre nas multiplicidades de espaços, tempos, identidades, grupos étnicos, gêneros, etc).

Bomfim, argumenta acerca da importância em tematizar às dimensões sentimentais, éticas e subjetivas do passado, ou seja, aquelas que não são necessariamente da ordem lógico-racional. Simultaneamente a sua narrativa, procura se referir a estas diversas dimensões do real. O autor de *O Brasil na História* aborda o problema da experiência estética a partir de uma intenção ético-política mais direta, ou seja, possui um comportamento de certa elaboração teórica sobre este movimento estético ético-político.

Norteador por esta convicção ético-política, Bomfim salientou a necessidade da produção de compreensões históricas, especialmente as profissionais as quais assumissem este posicionamento. Deste modo, produziu uma crítica historiográfica aos autores os quais defendiam de forma idealizada a objetividade e o cientificismo. Isto devido à compreensão de que esta noção objetivista possui um sério problema metodológico, já que não é possível ser essencialmente imparcial e objetivo. Segundo Flora Sussekind e Roberto Ventura, esta crítica mordaz a ideia de neutralidade da ciência e do uso do discurso científico e sua suposta imparcialidade para legitimar projetos colonizadores, poderia ter afastado Bomfim de parte da comunidade intelectual da época a qual defendia a objetividade da ciência, inclusive das ciências do “espírito” ou sociais (SUSSEKIND; VENTURA, 1989: 13-14)

É preciso dizer que estas perspectivas de Bomfim não constituem um posicionamento contra a ciência, o método e o rigor (elementos intensamente valorizados pelo autor) mas de crítica aos seus limites. Mais do que isso, trata-se da denúncia da possibilidade de politização velada destes discursos ao se esconderem por trás das noções de imparcialidade e objetividade.

Também, um ponto importante em sua crítica se encontra na compreensão de que a subjetividade, a percepção sensorial e os sentimentos humanos possuem um grande potencial na produção do saber. Tais aspectos da existência humana compõem uma realidade inegável. Somados à busca pelo objetivo e a ciência, devem ser tematizados e valorizados, desde que de forma crítica e através do rigor da pesquisa, já que o afetivo e o sensorial também pode ser instrumentalizado de forma abusiva para instigar ações violentas e desnorteadoras. Este potencial não diz respeito somente à prática da escrita, mas também, a uma característica das realidades humanas a ser ressignificada para e com o leitor.

## **Escrita da história, ciência e política**

É a partir deste argumento acerca da compreensão do que é entendido como objetivo

em um determinado saber que Bomfim denuncia as historiografias nacionais. Para o autor, em sua maioria são histórias escritas para procurar legitimar uma aparente superioridade nacional frente a outras nações, muitas vezes justificadas como objetivas, como “a verdade”, quando na realidade atestam uma profunda e encoberta filiação sentimental e de identidade única (portanto, etnocida) para estimular antagonismos bélicos e colonizações. Deste modo, apropriam-se do argumento científico para tentar autenticar e obscurecer uma intenção expansionista, imperialista.

Ao abrir a porta para a era moderna, haverá um capítulo onde se fala de - Renascença, descobertas, viagens... tudo como ocorrências sem antecedentes [...]. É uma história feita para determinadas nações; histórias nutridas no viver exclusivo dessas mesmas nações, quando a maior parte do movimento de que resultou o mundo moderno se fez por fora, pode-se dizer, das atuais grandes histórias nacionais, como os respectivos historiadores as compreendem. [...] Ha uma história do Brasil, oficializada, corrente... Mas, se nos voltarmos para ela, buscando a significação e o valor da tradição nacional, encontramos-la, a essa história, peada, contrafeita, distorcida, sem saliência de méritos reais, diminuída pela sombra de estranhos, deturpada, falha, levada sempre por motivos que não lhe são próprios (BOMFIM, 1930: 51-54).

É possível perceber que a crítica do autor ao princípio de objetividade da história não possui o intuito de minar a possibilidade de escrita e intensificar a crise de representação do passado, já abordado nos anos vinte e trinta. Ao contrário, o esforço teórico do autor se encontra na necessidade de enfrentamento e tematização de problemas epistemológicos acerca da subjetividade e a objetividade na historiografia como uma possibilidade de maior adequação entre a história escrita e a diversidade do passado, das experiências humanas.

Este esforço poderia fortalecer os aspectos teóricos e metodológicos da disciplina ao mesmo tempo em que a sintonizava á princípios ético-políticos de potencial interesse para o enfrentamento de dificuldades contemporâneas. Para Bomfim, o duplo movimento de valorização de certas experiências simultâneo à superação de outras poderia sofisticar a tradição e produzir identidades com disposições a maior confiabilidade e ânimo na ação dos sujeitos. Deste modo, a historiografia poderia realizar uma reeducação sentimental coletiva e apontar para que algum movimento social e político mais solidário e efetivo fosse possível. Uma historiografia alinhada a estas noções (soma das dimensões objetivas e subjetivas da realidade) poderia matizar algumas compreensões científicas a respeito da América Latina e, portanto, realizar um vínculo ético-política na escrita da história.

Para o autor, os historiadores possuíam grande responsabilidade em repensar uma das perspectivas científicas europeias de grande popularidade na época a respeito de uma suposta e equivocada degradação da composição étnica brasileira através da mestiçagem e suas conseqüentes incapacidades. Segundo Bomfim, as experiências passadas, ou seja, a própria história demonstrava a invalidade de tal argumento ao evidenciar, pelo contrário, na constante defesa territorial, na ação ativa e fecunda, nas diversas manifestações contra a opressão do Estado, na maleabilidade e adaptabilidade, uma população tão rica e de capacidades sociais complexas e extensas como qualquer outra. O sergipano aponta que o problema estrutural do Brasil se en-

contrava na má administração do Estado que mantinha o privilégio de alguns em detrimento da espoliação de outros, tornando um “povo espezinhado, desprezado, infeliz em tanta abominação política” (BOMFIM, 1930: 245).

Somos humanos apenas, e bondosos, na espontânea bondade de um povo que, unido e solidário, fez da união cordialidade. [...] Por toda parte lamenta-se - que as camadas populares sejam as mais resistentes ao progresso, e mais infensas as iniciativas de melhoramentos e aos novos processos de vida. Será uma calúnia... Aqui ninguém pensaria, sequer, em atribuir ao elemento popular qualquer oposição, ou simples indisposição, com referência ao que se lhe apresenta como adiantamento e novidade. Dificilmente se encontrará povo mais plástico e adaptável. Isto lhe vem, certamente, dos cruzamentos extensos em que ele foi formado. É ordeiro, sim, fácil de harmonizar e de conduzir; mas tudo isto resulta de qualidades de coração, sem qualquer manifesta tendência a imobilidade. Nada mais prompto, por conseguinte, do que levar o Brasil a uma fórmula de vida superiormente humana (BOMFIM, 1930: 245).

Tal argumento eurocêntrico, legitimado estrategicamente pelo discurso científico, possuía de forma velada uma intenção política de agressão e dominação de outros povos. Isto se encontrava ainda mais evidente em um momento de tensão devido ao recente fim da Primeira Guerra Mundial: enunciava-se, assim, a enganosa superioridade de alguns povos em relação a outros e a espoliação dos “derrotados” em favor dos “vencedores”. Uma historiografia que compreendesse tais aspectos e problemas epistemológicos e sua própria temporalidade deveria se adequar às urgências do seu tempo.

É preciso considerar um tal valor, [o do passado português e brasileiro] para critério capaz de desprezar os conceitos que, em falsas induções *climáticas*, ou nas conclusões de uma – *sociologia para brancos*, nos dão com essencialmente indolentes, de ação restrita e morna, incapazes das superioridades dolicocefalas e norte-euras. São deformações teóricas [...]. Tais despautérios constituem as últimas falsificações de critério, no sentido de diminuir, ou, mesmo, desclassificar os povos hoje decaídos, em favor dos dominadores do momento, e que se atribuem, por isso, superioridades essenciais (BOMFIM, 1930: 52).

O que mais nos interessa neste momento é que, deste modo, parte do conhecimento histórico produzido sobre o Brasil criou uma relação distanciada com dimensões importantes do passado, especialmente aquele a respeito das capacidades da população. Este esquecimento possibilitou o surgimento da noção de “incapacidade do Brasil”. Para o autor, parte da historiografia categorizou a sociedade como desordeira e incapaz de gerar desenvolvimento civilizacional ao interpretar equivocadamente as experiências que demonstravam a insatisfação da população com o descaso do Estado. Em seu argumento, este descontentamento demonstra exatamente ações sociais que demandam maior qualidade das instituições. A valorização e a abordagem de perspectivas diversas poderiam apontar outras potencialidades para a tradição e a memória. Para Bomfim, era necessária uma historiografia que valorizasse e estabelecesse uma nova relação com estas experiências e com a tradição, as quais teriam sido deturpadas com a ação dos Estados, da oligarquia e da historiografia ligada a eles. De forma sofisticada, seu argumentos

indicam que, se ontologicamente toda coletividade relaciona-se, de algum modo, com suas experiências passadas, é preciso, devido à própria característica dinâmica desta relação, reavaliá-la e, através do conhecimento sobre o passado, especialmente o profissional, restabelecê-la.

E quando medimos a distância – entre os destinos anunciados com a primeira tradição e o que finalmente prevaleceu, não nos reconhecemos, quase, como continuidade histórica. Sim, a fórmula histórica se quebrou: viemos ao longo dos sucessos – *Insurreição*, conquista dos sertões, lutas nativistas, movimentos republicanos e autonomistas de 1789 a 1817... efervescência de 1817... e a Independência do Ipiranga parecemos um sacrilégio em abjuração afrontosa. No entanto, não se passa um ano e a abjuração se degrada, ao ponto de que os bragantinos de 1822 emergem como heróis nacionais, perseguidos por esses a quem se entrega o Brasil (BOMFIM, 1930: 264).

## Idealização da objetividade e possibilidades da afetividade

Como mencionado anteriormente, Bomfim coloca-se contrário ao esquecimento de experiências realizado por parte da historiografia (especialmente das que valorizassem a ação da população e não da elite na formação nacional) e a algumas noções exacerbadamente objetivistas disponíveis no início do século XX brasileiro.<sup>2</sup> Estas proposições são de grande importância para entendermos melhor as perspectivas historiográficas de parte dos historiadores do início do século XX.<sup>3</sup>

Em sua compreensão do real, não é possível produzir uma história geral através de uma justaposição de historiografias nacionais em uma modernidade onde a história está profundamente vinculada à formação individualizante do Estado e da nação.<sup>4</sup> Segundo Bomfim, não há nem bem uma repetição processual (negação de uma evolução estritamente linear civilizacional) entre as histórias nacionais ou um sentido que seja fundamental a todas elas, as quais se complementariam na consecução deste dever histórico.<sup>5</sup> Ou seja, o autor não compreende a possibilidade de uma metanarrativa ou filosofia da história que direcionasse toda a história humana, de todos Estados-nação formados na modernidade. A possibilidade de uma história

2. É importante apontar que Manoel Bomfim concorda com a interpretação de Paulo Prado sobre a qual a cobiça da administração colonial, especialmente no processo de mineração, foi parte de uma deturpação da tradição e da coletividade da sociedade. Durante este argumento, cita-o: “No entanto, essa longa exaustão [da exploração econômica] nada significa, se a compararmos aos outros males impostos à colônia, decorrentes da mineração. A respeito do portentoso S. Paulo, o historiador da *Paulística*, consigna um patente ‘estado de degeneração e abatimento que cem anos de governo absoluto e incapaz tinham levado a altiva e gloriosa Piratininga’” (BOMFIM, 1930: 350).

3. Segundo Martins, o relativismo, ou seja, a impressão de que não se pode representar ou conhecer o passado devido às determinações de cada presente não são prerrogativas do historicismo, mas a consequência que foi liberada com o que Martins chama de “desvio ou exacerbação contraproducente para o procedimento metódico” a partir de expectativas descabidas a respeito da “verdade”. Para saber mais sobre o historicismo e as filosofias da história ler o artigo *Historicismo, o útil e o desagradável*, de Martins (MARTINS, 2008: 15-48).

4. O esforço por produzir uma história geral, no século XX, vai lentamente cedendo espaço para o interesse por histórias singulares, com historicidades diversas umas das outras. Portanto, lentamente se esfazela a meta-narrativa de que há em todas sociedades um transformação linear, um sentido histórico rumo a maiores graus de civilização (KOSELLECK, 2006).

5. A noção de uma História Universal é de grande importância para a modernização dos sentidos e foi constantemente reformulada para uma maior adequação ao cosmopolitismo em constante intensificação na modernidade, especialmente no século XVIII e XIX (ARAÚJO; RAMOS, 2015: 480-483).

geral parece encontrar-se somente nas relações e trocas entre os Estados e grupos étnicos em seus diversos elementos culturais, políticos, sociais e afetivos (seja através do conflito ou da concórdia). Dito isto, o autor indica que esta “fricção” entre sociedades diversas na modernidade através da ideologia civilizacional europeia parece resultar em expectativas cosmopolitas impossíveis de se realizarem.

Bomfim aponta que, se o sentimento é estímulo à consciência, isto significa que o âmbito sensorial-estético é aquele onde se torna possível determinadas posturas ou posições mais propriamente morais, ou melhor, decisões éticas e políticas racionalmente orientadas. A história permite cotejar expectativas e dimensões afetivas, “desejos e realizações” de outras historicidades, as quais podem estimular as sociedades que as possuem como passado referencial ou tradição. No entanto, esta mesma operação pode ser realizada através da desqualificação da tradição de uma determinada sociedade (ou como diz o autor, “povo”), desabilitando possibilidades formativas da nação.

Tal impropriedade pode ser produzida através do discurso criado por uma nação considerada historicamente triunfante (atitude colonizadora ou imperialista) ou de um povo sobre ele mesmo através de uma relação inadequada com o seu passado. Trata-se de uma consequência política e ética da historiografia, muitas vezes ocultada pelo argumento objetivista e científico, e quando considerada, entendida como não arbitrária ou um efeito o qual a “pureza” metodológica científica não poderia ser culpada.

É importante notar nesta reflexão que mesmo em uma crise representativa acerca do passado, não há o abandono do passado enquanto referencial, da possibilidade de representação histórica por parte de Bomfim. Há, a partir deste problema, um esforço teórico para repensar a condição do saber histórico – se existem arbitrariedades e dimensões subjetivas é preciso anunciá-las, enfrentá-las, assumir limites e produzir um conhecimento que incorpora tais dimensões do real, possibilitando neste exercício uma maior sintonia com a própria sofisticação do real. De todo modo, é preciso ter em mente tais dimensões teóricas para uma historiografia adequada à plasticidade da realidade do passado e das perspectivas ético-políticas que envolvem sua escrita.

Novamente, em sua tematização a respeito da razão, paixão, passado e futuro, aponta que as relações subjetivas e afetivas com as experiências são inevitáveis no plano “da vida”, da realidade cotidiana. A impressão de que tais temáticas possuem um vetor oposto ao da ciência histórica, diz respeito a uma epistemologia da história específica, a qual quer se aproximar das ciências exatas. Mas, se o foco da ciência histórica se encontra no estudo da existência humana, o estudo daquilo que é sensorial e subjetivo (inclusive como características epistemológicas da disciplina) torna-se incontornável e urgente. Não assumir, investigar e teorizar acerca destas questões fragiliza a produção do saber, intensifica a crise representativa da realidade, acelera e desorienta a experiência de tempo e desvia o saber científico e profissional (o discurso que detém maior prestígio na modernidade) da mediação e reflexão referente ao afastamento moderno daquelas experiências passadas, da tradição e da identidade.

“Não é a razão, é a paixão que faz a história, por que é a paixão que trabalha pelo futuro”. [...] E vemos, então, como as novas necessidades criam novas constituições, renovada organização das forças essenciais nos agrupamentos humanos, e que são idênticas... *Identidade, em desenvolvimento progressivo*, a tradição é o próprio espelho deste desenvolvimento, que tanto revela o passado como revela o futuro<sup>6</sup>.

## Considerações finais

Inevitavelmente, e no interior de um distanciamento entre o “espaço de experiências” e “horizonte de expectativas moderno”, os diversos agrupamentos humanos irão relacionar-se, de alguma forma, com dimensões de um passado referencial (KOSELLECK, 2006: 305-329). Tal vínculo, possui consequências no arranjo ético e político das comunidades, o que significa dizer que é parte constitutiva daquilo que é histórico, e por isso deveria ser de grande interesse da historiografia profissional. A disciplina pode e deve apontar, refletir e mediar a respeito de uma crise de orientação estabelecida por uma aceleração temporal e um distanciamento entre passado e futuro. Como indica Bomfim, “novas necessidades” históricas “criam novam constituições” – é necessário se adequar as transformações simultaneamente às possibilidades das identidades e das tradições.

Bomfim entende que o ideal de uma objetividade, no sentido forte, é uma idealização, uma expectativa impossível de ser realizada. Para o ensaísta sergipano, a pesquisa e a escrita histórica científica rigorosa não consegue, e mesmo não deveria ser resumida a uma relação fria e metódica entre sujeito que investiga e objeto analisado. E, ainda assim, é preciso problematizar a própria afetividade inserida na pesquisa, já que, como o próprio autor denuncia, ela também pode produzir consequências nocivas, como é o caso do patriotismo exacerbado e de suas consequentes violências. Esta relação distanciada entre sujeito/objeto seria um efeito colateral deste excesso de expectativa científica em relação a objetividade, que prometeu resultados neutros, especialmente através de determinadas compreensões positivistas (ALONSO, 1995: 11). Ao fim, o autor de *O Brasil na História* entende que os sentimentos em relação ao objeto estudado, desde que mediados de forma crítica, não impedem a produção de um saber rigoroso. De forma contrária, pode complexificar a capacidade cognitiva do pesquisador, caso este processo seja realizado de forma minimamente adequada (GONTIJO, 2003: 131-142). No interior desta compreensão, tal objetividade.

É quase impossível, pois que tudo se faz como apreciação de valores morais e mentais, para os quais não há outra medida senão o mesmo nível em que se encontra a consciência definidora, incluída necessariamente numa refração, que é a da tradição que a inspira. Pretender, no caso, o efetismo objetivismo, é pretender que o indivíduo saia de si mesmo, que dispense todo o critério de julgamento, como a divisar fora de qualquer horizonte. Não: o historiador, a definir valores, há de ficar no ponto de vista humano, na refração da tradição a que pertence. [...] *Conhece-te, homem!* É uma condição indispensável de êxito, para os indivíduos, como para as sociedades.

---

6. A citação feita por Bomfim é de Mommsen (BOMFIM, 1930: 38).



Mas, não se pode chegar diretamente a tal conhecimento, quando se trata da sociedade, porque nenhuma consciência individual poderia abranger o complexo das relações em que se exprime a conexão – entre a atividade atual de um grupo nacional e o resultado geral e definitivo da vida (BOMFIM, 1930: 41).

Produzir juízos e possuir “valores morais e mentais” é condição existencial do homem – desconsiderar tal noção é despotencializar a ação e a compreensão do mundo através dos aspectos subjetivos, e mesmo desconsiderar os problemas que podem resultar destas filiações afetivas e morais. Do mesmo modo, ignorar estes matizes significa minguar certa dimensão da objetividade, já que arbitrariamente desvalida características constituintes do real e não tematiza propriedades contingentes da possibilidade de representar. É a partir de uma perspectiva com limites determinados e reconhecidos que se pode dilatar a possibilidade de entendimento de certas extensões do que se quer analisar: formas de totalidade não estão disponíveis a nenhuma consciência. No mais, estas reflexões significam, no plano basilar, compreender perspectivas ontológicas do que é humano, ou como apontou Bomfim, uma demanda de autoconhecimento.

Se a pretensão por tal objetividade é um problema que intensifica a instabilidade temporal, é preciso insistir no esforço de representação e reflexão de aspectos da realidade. Gumbrecht indica na irrevogável crise representativa na modernidade, a atitude do homem que deixa de somente observar objetos a uma distância segura, e passa a observar-se – Bomfim assinala que insistir no objetivismo seria tentar estabelecer uma operação que já não parece possível, “é pretender que o indivíduo saia de si mesmo”.

## Referências

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido: tempo vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ALONSO, Angela. *O positivismo de Luís Pereira Barreto e o pensamento brasileiro no final do Século XIX*. Coleção documentos. Série Teoria Política. IEA/USP, São Paulo, v. 09, 1995.

ANDRADE, Yara Rodrigues de. *(Im)possível nação: o Brasil de Manoel Bomfim e de Paulo Prado no início do século XX*. Dissertação de mestrado defendida pela PUC-SP em 2008.

ARAUJO, Valdei Lopes de. RAMOS, André. A emergência de um ponto de vista cosmopolita: a experiência da História de Portugal na *Universal History*. Almanack. Guarulhos, n. 10, p. 465-491, agosto de 2015.

BENTO, Luiz Carlos. Teórico, ensaísta ou rebelde: A importância do pensamento sócio-histórico de Manoel Bomfim para a historiografia brasileira. *Expedições: Teoria da História e Historiografia* (Online), Goiás, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <[http://www.prp.ueg.br/revista/index.php/revista\\_geth/article/view/267/234](http://www.prp.ueg.br/revista/index.php/revista_geth/article/view/267/234)>. Acessos em 30 de Jul. de 2020

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

BOMFIM, Manoel. *Pensar e dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*. São Paulo: Casa do Psicólogo: Conselho Federal de Psicologia, 2006.

BOTELHO, André. *O batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. Dissertação de mestrado defendida pela UNICAMP em 1997.

BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. *DTempo Social* (USP), v. 22, p. 47-66, 2010.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho. *Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a impertinência bomfiniana em torno da identidade nacional*. *Cronos* (Natal), v. 9, p. 417-438, 2008. Disponível em: <[http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/cronos/article/viewFile/1786/pdf\\_37](http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/cronos/article/viewFile/1786/pdf_37)>. Acessos em 30 de Jul. de 2020.

DE LUCA, Tania Regina. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903 – 1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. *A república, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim (1868-1932) e a escrita da História do Brasil. *Revista Brasileira de História*, vol. 23, n.º 45, pp. 129-154, São Paulo, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido. *História em Revista*, vol. 06, dez. 2000.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. *História da historiografia*, Ouro Preto, n.º 3, setembro de 2009.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, Stimmung*: sobre um potencial oculto da literatura. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2014.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Cascatas de modernidade; Espaços de tempo pós-modernos”. In: *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença; o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2010.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*; presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Historias de conceptos*: estúdios sobre semantica y pragmática del lenguaje. Madrid: Editorial Trotta, 2012.

KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jun. 1996. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59701996000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701996000100006&lng=pt&nrm=iso)> acesso em 30 jul. 2020.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. “Historicismo: útil e o agradável”. In: VARELLA, Flavia Florentino; MOLLO, Helena Miranda; MATA, Sergio Ricardo da; ARAUJO, Valdei Lopes de. *A dinâmica do historicismo*: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

NETO, Manoel Pereira de Macedo. Construindo Percursos Contra-hegemônicos: contribuições de Manoel Bomfim para a história, a historiografia e a educação brasileiras. In: *XIII Encontro estadual da AMPUH*, História e historiografia: Entre o Nacional e o Regional, 2008, Guarabira, 2008.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história*: A viagem, a memória, o ensaio. Tese de doutoramento defendida pela UFRGS em 2008.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *Rev. Bras. Hist.*, vol.30, n.59, p. 37-52, 2010.

POCOCK, J. G. A. *The machiavellian moment*. Princeton, Princeton University Press, 1975.

PORTUGAL, Francisco Teixeira. JACO-VILELA, A. M. ; MONTEIRO, D. B. R. Dominação, história e evolucionismo na América Latina: a perspectiva de Manoel Bomfim. *Psico*, PUCRS (Online), v. 41, p. 325-331, 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistaspsico/article/viewFile/6613/5853>>. Acessos em 30 de jul. 2020.

PORTUGAL, Francisco Teixeira. Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim. *Estudos e Pesquisas em Psicologia* (Online), v. 10, p. 596-612, 2010. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a18.pdf>>. Acessos em 30 de jul., 2020.

RAMOS, André. *Robert Southey e a experiência da história de Portugal*: conceitos, linguagens e narrativas cosmopolitas (1795-1829). Dissertação de mestrado defendida pela UFOP em 2013.

RANGEL, Marcelo de Mello. *Reflexão e diálogo*: liberdade e responsabilidade em Gonçalves de Magalhães e a construção da Nação brasileira. Dissertação de mestrado defendida pela PUC-Rio em 2005.

RANGEL, Marcelo de Mello. Romantismo, *Sattelzeit*, melancolia e “clima histórico” (Stimmung). *Revista expedições: Teoria da História & Historiografia*, v. 25, n. 2, Jul. Dez., p. 53-62, de 2014.

ROSAVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.

UEMORI, Celso Noboru. Darwin por Manoel Bomfim. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 327-348, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Tempo* (London), Niterói, v. 8, p. 7-22, 1999.

*Submetido em: 30/09/2020*

*Aprovado em: 29/11/2020*